

POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTOS E CONTROLES EDUCACIONAIS EM SUSTENTABILIDADE: UM PROGRAMA DE PESQUISA

PUBLIC POLICIES, FINANCING AND EDUCATIONAL CONTROLS IN SUSTAINABILITY: A RESEARCH PROGRAM

Claudionor Renato Renato da Silva⁵¹

Resumo: A investigação propõe um Programa de Pesquisa sobre 'Políticas Públicas, Financiamentos e Controle Educacionais em Sustentabilidade' (PoPFCEs) para municípios. Com o método do Marco Teórico, organizou-se, a partir do objeto/problemática e seus temas centrais, um arcabouço bibliográfico que pudesse compor o Programa. Os resultados indicam uma alta expectativa em relação ao Programa em PoPFCEs, como um subsídio fundamental aos estudos em Políticas Educacionais e sua potência como elemento epistemológico e de inovação a ser utilizado e adaptado a cada realidade dos municípios brasileiros.

Palavras-chave: Administração pública escolar nas cidades. Meio Ambiente. Pedagogia.

Abstract: The research proposes a Research Program on "Public Policies, Financing, and Educational Control in Sustainability" (PPFECS) for municipalities. Using the Theoretical Framework method, a bibliographic framework was organized based on the object/problem and its central themes, which could comprise the PPFECS Program. The results indicate high expectations for the Program, as a fundamental support for studies in Educational Policy and its potential as an epistemological and innovative element to be used and adapted to the specific needs of Brazilian municipalities.

Keywords: Public school administration in cities. Environment. Pedagogy.

INTRODUÇÃO

Desde as "Diretas Já", nos anos 1980, que levaram ao fim da Ditadura e o retorno, em um novo tempo, de período democrático e das liberdades, culminando com a Constituição

⁵¹ Pedagogo. Licenciado em Matemática, Letras e Química. Especialista em Gestão Educacional. Mestre em Educação e Doutor em Educação Escolar. Estágio Pós-doutoral em Gênero e Sexualidade. Pesquisador especializado nos métodos da pesquisa bibliográfica, estado da arte, análise documental e Grounded Theory. Docente e pesquisador na UFJ, curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS) na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sudoeste, em Quirinópolis. (rclaudionor@ufj.edu.br).



cidadã, de 1988, nossa Carta Magna atual, nunca se tornou tão necessário, hoje, o tema da democracia e o papel do estado democrático de direito na geração e gestão de políticas públicas e financiamentos com controle social (Cohen; Scull, 1985; Gibbs, 1994; Souza, 2008; Deflem, 2015), quando as instituições públicas do Brasil, sofreram terríveis ataques em 8 de janeiro de 2023 aos três poderes incluindo tramas para matar o presidente, o vice presidente e um juiz da Suprema Corte. Porém, as nossas instituições têm conseguido resgatar, com a atual governança, altamente democrática, o muito do que se perdeu, do último governo; são trágicos eventos, em cadeia, que ainda prosseguem, com políticos foragidos para o exterior, tramando difamações ao país e suas lideranças instituídas de forma republicana. Sobre o atentado aos três poderes da República e a trama golpista, se espera, é que, nunca venhamos a nos esquecer deste dia 08 de janeiro e sucessivos eventos que continuam a nos assustar; que a democracia continue viva entre nós. Acredita-se que o 8 de janeiro de 2023 será uma data da celebração da democracia em nosso país a partir de agora.

Ao lado desta crise, político-institucional, que está em fase de superação, há o debate mundial da sustentabilidade (outra crise), com vistas à consolidação do fato e do ato político da inevitável conexão da sustentabilidade com a educação e, portanto, a conexão com as políticas públicas e financiamentos com controle, na orientação manifesta e expressa na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são considerados, nessa proposta de Programa de Pesquisa, sob a categoria analítica (em construção) denominada aqui, de 'sustentabilidade crítica', elaborada para esse texto, com base, por exemplo, em Sachs (1981), Sen (2010) e Novaes (2024; 2025).

No tocante à educação, esta crise precisa ser enfrentada na formação de professores/as, gestores/as e no compromisso do Estado brasileiro com o currículo, refletido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mesmo com todas as suas contradições e fragilidades, em termos de política pública, financiamento e controle social. Os estudos, no Brasil, estão amadurecendo, em especial, no que diz respeito ao financiamento e ao controle social, na Educação, suas políticas públicas que vão além, apenas, da área, se constituindo em políticas sociais e de saúde, de modo ampliado.

Com essa ideia geral é que o presente Programa de pesquisa pretende construir suas trilhas de caminhos possíveis, na Linha dos estudos e das investigações sobre Políticas e Gestão

da Educação no Brasil. O destaque é para as políticas públicas e financiamentos educacionais com controle social (PoPFCEs) que exigem uma problematização voltada à gestão escolar nas cidades, na frente da sustentabilidade, sob a forma crítica à Agenda 2030, no enfoque para a formação de professores/as e gestores/as, bem como, um olhar para o currículo sob a BNCC.

Um Programa de Pesquisa, segundo Imre Lakatos – se faz aqui uma ousada aplicação da filosofia da ciência lakatosiana para as ciências humanas -, engloba uma visão histórica, pode-se, assim dizer, do desenvolvimento de um tema de investigação, em sua forma teórica e empírica, e que se submete a uma comunidade científica que torna a investigação do referido Programa, uma investigação válida: possui um ‘núcleo firme’ teórico, consolidado e protegido por um ‘cinturão’, também rígido e bem construído teoricamente e já comprovado, empiricamente, com dados excedentes de sua comprovação; marcas de continuidades de pesquisas; tudo, fundamentalmente, histórico (uma história interna ou uma história dentro da história), tanto, na ideia de passado, quanto na ideia de presente e futuro. Deste modo, é que, para Lakatos (1989): “[...] a reconstrução racional ou história interna é o principal; a história externa é secundária posto que os problemas mais importantes da história externa são definidos pela história interna (Lakatos, 1989; p.154)”.

A Figura 1 representa o Programa de Pesquisa, na proposta de Imre Lakatos.

Figura 1 – Elementos do Programa de Pesquisa em Imre Lakatos aplicado aos estudos das PoPFCEs.



Fonte: elaborado na pesquisa.

Particularmente, na história das políticas públicas, no mundo e, no Brasil, em particular, nada pode ser analisado, sem o paralelo histórico dos momentos de governabilidade e



governança, desde a Colônia, no caso brasileiro. E, ainda, atualmente, sob a continuidade da Nova Gestão Pública (Bresser Pereira; Spink, 1998), dos anos 1990, a atual modelagem societal (Sanabio; Santos; David, 2013), iniciada, nos anos 2000, com ampla participação social; ademais, nada se pode falar de políticas públicas, sem falar de financiamento e controle, com o adicional da sustentabilidade global, dada pela Agenda 2030, vista, nessa proposta de Programa de Pesquisa, sob um olhar crítico que se denomina aqui de ‘sustentabilidade crítica’ na tentativa de desvelar a lógica capital e neoliberal presente em sua linguagem e operacionalidade interna, porém, sem desconsiderar a gravidade da crise ambiental e climática, como apontam Kronemberger (2019) e Pedrosa; Tamaio (2022).

Na ideia de Programa de Pesquisa, seguindo Lakatos (1989) todos os elementos da história interna das políticas públicas educacionais no Brasil, que constituem o ‘núcleo firme’ deste campo, seu ‘cinturão’, ambos, teórico e metodológico e, em constante movimentação e produção, permitem ser um modelo adaptável na proposta desta investigação. Abordar o tema, nessa dimensão ampla, ao mesmo tempo, específica, permitida pela teoria lakatosiana é fortalecer as instituições democráticas do país e demonstrar à sociedade o papel fundamental do estado democrático de direito em relação ao bem-estar social na educação e, neste sentido, também, fortalecer os vínculos necessários e urgentes entre a universidade e a sociedade brasileira. Crises políticas, dificultam a promoção de políticas públicas e financiamentos com controle; crises ambientais, como as que vivemos atualmente dificultam a execução de políticas e financiamentos, com controle social, que promovam a sustentabilidade, além de apontar um cenário de pessimismo, presente e futuro, quanto a efetividade de políticas e financiamentos em sua direção para a sustentabilidade geracional. Neste ponto, o Brasil já está se recuperando, tanto em relação à crise política, quanto em relação à crise ambiental, mas, com maiores desafios e complexidades, neste último; o país tem retomado seu lugar de compromisso global, contudo, em termos de PoPFCEs ainda há muito o que se efetivar, para além do olhar apenas para a ODS 4 (Educação de Qualidade), onde se concentra a maior parte das publicações nacionais no tema. Ainda, há muito o que se fazer e a pesquisa aqui proposta é um dos subsídios para esses desafios e complexidades políticas e ambientais.

Por um breve Estado da Arte, vale a consideração, a seguir, dos postulados de Palacio; Granados e Villafáñez (2014); buscou-se, sob a palavra-chave composta ‘políticas públicas;

e permanência na educação básica. Os estudos comparados, são, de longa data, uma das mais importantes produções da área das políticas públicas, no mundo, segundo Ball e Mainardes (2011) e Akkari (2011).

A tese de Lopes (2023), em que articula, educação ambiental e política pública municipal está atrelada ao que está na proposta da presente pesquisa. Nesta mesma linha, a dissertação de Cunha (2023), trabalhando com o termo 'desenvolvimento sustentável', com o uso do documento 'Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)' e as ações do Movimento Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (MNODS), além dos documentos: 'Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030'.

O que se percebe, pelo levantamento, destes três últimos anos, na base de dados da CAPES, é uma tendência para o estudo dos financiamentos públicos, como maior quantitativo e produções, no período, por um lado e, por outro, fica a evidência de políticas públicas específicas, como a educação do campo e investigação sobre o estudante migrante internacional na educação básica e políticas direcionadas/específicas.

Quase, sempre, em todos os estudos, se estruturam escritas de dissertações e teses, apenas teóricas, pautadas em análise de documentos e ações pontuais de políticas públicas; estão ausentes, reflexões epistemológicas ou pesquisas de cunho empírico. Finalmente, poucos diálogos comparados, com as políticas públicas na América Latina, Caribe, estadunidenses ou da Europa, o que será um dos focos da presente proposta de uma Programa de Pesquisa sobre PoPFCEs, alinhadas à gestão democrática das unidades escolares de municípios, com a sustentabilidade como tema gerador, voltado à formação de docentes e gestores.

Diante disso, o problema que se coloca nesta investigação encontra-se na seguinte pergunta de pesquisa para o Programa: quais são, como foram construídas, qual a epistemologia e a aplicabilidade, e que inovação/inovações podem ser elaboradas, em relação às políticas públicas e financiamentos/controlado educacionais em municípios brasileiros, presentes na gestão de sistemas e unidades escolares, com enfoque na 'sustentabilidade crítica', que possam ser refletidas na formação de professores/as e gestores/as, com vista à qualidade da educação? Está como objetivo geral, apresentar um Programa de Pesquisa sobre o estudo das políticas públicas, financiamento e controle, com sustentabilidade crítica (crítica

à Agenda 2030, sua lógica e linguagem), na Educação, com a preocupação na gestão de sistemas e unidade escolares, em municípios brasileiros. Especificamente, objetiva-se, na proposta desse Programa de Pesquisa:

- construir interpretações de modelos de epistemologias⁵⁸ às PoPFCES, incluindo as oriundas da metodologia dos estudos comparados⁵⁹ e as potencialidades do método *Grounded Theory*⁶⁰(GT) para geração novas de teorias/epistemologias, sob o viés da inovação⁶¹;
- identificar, pelas epistemologias (existentes e resultantes de inovações) das PoPFCES, elementos de aplicabilidade na gestão escolar da educação básica, em municípios, em pesquisas de caráter empírico que evidenciem a ‘sustentabilidade crítica’ global e,
- focar no alinhamento dos temas das PoPFCES às construções em sustentabilidade (Agenda 2030), na busca também de possíveis inovações destas PoPFCES na geração de propostas de leis, de projetos e de programas institucionais e sociais para as cidades, dentro do pacto federativo, no permear da formação de professores/as e gestores/as, em especial, em cursos de Pedagogia.

Com o breve estado da arte, a problemática e objetivos, atestados indicadores da relevância teórica, social e prática, bem como, metodológica, para o Programa de Pesquisa⁶²), justificam, no seu conjunto, a elaboração de reflexões e apontamentos de novos possíveis direcionamentos de afetividades e inovação em PoPFCES na gestão escolar nas implicações e diversas conexões existentes entre os ODS da Agenda 2030 da ONU. A tentativa, pela justificativa, em especial, da epistemologia e da metodologia (relevância teórica e de procedimentos de técnicas de obtenção de dados e análise) é a de não deixar a epistemologia

⁵⁸ Antoniades (2003): ‘comunidades epistêmicas’ e produção de epistemologia para políticas públicas mundiais. Ball (1989): ‘comunidades epistêmicas’ e ‘teoria da micropolítica da escola’. Zilles (2008), sobre teoria do conhecimento e teoria da ciência. Sander (1995): modelos de administração da educação e paradigmas epistemológicos: tradição funcionalista, tradição interacionista. Badaró (2005) aborda a epistemologia na sala de aula.

⁵⁹ Ver Nota n. 7.

⁶⁰ Referência em Charmaz (2009), Tarozzi (2011) e Silva (2019). Utilizei o método *Grounded Theory* (GT) em minha tese de doutoramento sobre a sexualidade infantil (Silva, 2015). Desde então, venho desenvolvendo pesquisas com o uso do método. Pretendo continuar utilizando o GT nas pesquisas sobre políticas públicas, financiamentos e controle social, na educação.

⁶¹ Tejada (2012): inovação universitária na Espanha. Mendes (2020), trata da gestão da inovação no Brasil. Silva (2022): tipologias de inovação na área educacional do estágio supervisionado.

⁶² Uso de metodologias específicas, como os estudos comparados e a GT no tocante à epistemologias existentes em PoPFCES e epistemologias a serem elaboradas também, sob a inovação.



e a metodologia das PoPFCES, apenas no plano das reflexões ou das teorias (análises de políticas e análises de modelos de análises de políticas que, geralmente, estão presentes na área, há um longo tempo) e, portanto, avançar a investigação para o espaço escolar, na prática da docência e da gestão, tendo como foco, a sustentabilidade e, desta forma, gerar um trânsito direto entre a universidade e a sociedade e a sociedade e a universidade, estabelecendo um ponto de encontro comum que é, exatamente, a escola de educação básica, da educação infantil e anos iniciais, âmbitos da atuação de pedagogos/as, nas cidades, como prioridade definida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E, nesse trânsito, envolver um outro espaço, o espaço político da cidade, nos poderes executivo e legislativo. Essa proposta, a do trânsito, entre a universidade e a comunidade e seu inverso, é uma primeira inovação que se apresenta nesse Programa de Pesquisa, pois, como aponta Ball; Mainardes (2011), especificamente, sobre análises de políticas, há três frentes reinantes e operantes na área: modelos de análises de políticas públicas, uso e interpretação; 2) análises voltadas às questões das políticas públicas, ou seja, críticas ou observações para aprofundamentos reflexivos e, 3) na análise de políticas públicas específicas, por exemplo, educação do campo, educação escolar indígena, educação para inclusão etc.

A segunda investida, neste mesmo ponto (do trânsito), está na superação do apenas teórico-analítico-crítico, já comentado e reiterado aqui e, portanto, se pensar a inovação, no sentido de construir políticas e projeções de financiamentos, sob o controle social, para a educação, a partir da epistemologia e do estudo da realidade das receptividades da comunidade e da escola, em relação a essas políticas e financiamentos, o que exige ampla participação social. Por isso, a criação do Núcleo de Pesquisa, que traz como uma de suas frentes, a proposta de inovação em políticas, quando se apresenta, por exemplo, do método *Grounded Theory* (Charmaz, 2009; Tarozzi, 2011; Silva, 2015; 2019, 2024), como uma teoria/prática metodológica que apoia a justificativa da elaboração do Programa, em que, por meio da realidade social, é possível construir teorias e, no caso da proposta, criar leis, projetos e programas sociais que possam ser absorvidos e refletidos, por exemplo, em audiência públicas, junto ao poder legislativo das cidades. A sustentação para esta superação do apenas 'teórico' encontra-se em Ball e Mainardes (2011).

Justifica-se, assim, a presente proposta de pesquisa, primeiro, pela aderência teórica, social e prática, metodológica e acrescenta-se a relevância pessoal de construção deste



Programa de Pesquisa para os estudos e investigações sobre Política e Gestão da Educação no Brasil. Ao seguir leituras em Administração escolar, por exemplo, em Abdian (2024), Novaes (2024) e Parente (2021), justifica-se, em colocar a temática da sustentabilidade (Agenda 2030 e os ODS), como elemento, em espectro, para (uma) a epistemologia das PoPFCES, que possui como objetivo e finalidade, amplos, a análise destas PoPFCES, bem como, no aporte da inovação, projetar novas políticas e propostas de financiamentos, com vistas à melhoria da ação do estado democrático e de direito, na responsabilidade com a gestão social para todos/as os/as brasileiros, na Educação, com formatações de controle social, sob o aporte das urgências climáticas e a questão ambiental/ecológica, mais ampla, que aflige o planeta, de modo que o ambiental e o social, caminham na mesma perspectiva de geração de políticas públicas em Educação.

Para proporcionar a viabilidade e exequibilidade do projeto, na justificativa, se adianta o já citado Núcleo de Estudos, Pesquisas e Inovação em Políticas Públicas, Financiamentos e Controle Educacionais em Sustentabilidade (NuEPi-PoPFCES) que será o *lócus* da Programa com base em Lakatos (1989) e com base nos fundamentos da 'criação científica', em Moles (2010), sobre a pesquisa e a produção, em sentido irrestrito, sobre políticas públicas, com orientações de iniciação científica até a orientação de teses, no doutorado. Acrescentam-se, ainda, as ações, na graduação, em especial, por meio do ensino e da extensão universitária – seriam os 'cinturões' adicionais, na proposta lakatosiana; rever o Quadro 1. Trata-se, assim, de um amplo e organizado Programa de Pesquisa em políticas públicas educacionais para os municípios brasileiros.

São hipóteses de investigação para a construção deste Programa de Pesquisa:

- Ausência de epistemologias ou teorias de políticas públicas e financiamentos com controle social, no sentido restrito e rigoroso aos teóricos/as que trabalham com a teoria do conhecimento, em detalhe, as bases filosóficas das políticas públicas (bases ontológicas, gnosiológicas, epistemológicas etc.) em que, conjectura-se que tais epistemologias, quando utilizadas, estão fixas, apenas na explicitação de modelos e de teorias; ao mesmo tempo, escassez de inovações em epistemologias, resultantes de metodologias, também inovadoras e desafiadoras e, sobretudo, sem a referência à sustentabilidade global e urgente.
- Nos aspectos da municipalização de políticas e financiamentos educacionais, os estudos não estão inclinados para investigações junto à comunidade, aos poderes políticos,

seja do executivo ou do legislativo e, sobretudo, junto às unidades escolares, com foco na gestão democrática e autoria de propostas (leis, projetos e programas) pensados e organizados por docentes e gestores/as e, em articulação aos princípios da sustentabilidade.

- Como terceira e última hipótese, conjectura-se a necessidade de pesquisas inovadoras no alinhamento das PoPFCES na gestão de sistemas e unidades escolares em municípios, sob o tópico da ‘sustentabilidade crítica’, uma categoria conceitual provisória, elaborada nesse artigo, para fazer frente aos desafios dos 17 ODS da Agenda 2030, desafios conceituais e práticos.

MÉTODO: MARCO TEÓRICO (MT)

O MT, segundo Sampieri; Collado e Lucio (2013), possui operacionalidade, tanto para a obtenção, quanto para a análise de dados, além de ‘autorizar’ os/as pesquisadores/as, a criarem categorias, definições e até teorias, a partir das lacunas identificadas nos documentos que são fontes de dados para o método. Para fins desta investigação de construção de um Programa de Pesquisa, dada a problemática, a partir dos temas centrais se organizou um referencial bibliográfico, tanto nos clássicos, quanto nos contemporâneos, na base de dados do *google* acadêmico que discorrer sobre políticas públicas educacionais, seus financiamentos e propostas de controle social, bem como, temas ligados à Agenda 2030.

Esse exercício de construção de dados teóricos permitiu a organização da proposta do Programa de Pesquisa para ser utilizado por pesquisadores/as, iniciantes e experientes, na elaboração de suas investigações sobre PoPFCES que se particulariza aqui, em articulação à sustentabilidade global, dada pela Agenda 2030 e colocada sob crítica, por meio da categoria conceitual provisória denominada de ‘sustentabilidade crítica’, como já se apresentou nesse texto.

A seguir, os Resultados e Discussão da investigação teórica, na apresentação do Programa de Pesquisa que pode ser pensado, desde a Iniciação Científica, na graduação, até as pesquisas de mestrado e doutorado, profissionais e acadêmicos, na pós-graduação.

O PROGRAMA DE PESQUISA ‘POLÍTICA PÚBLICAS, FINANCIAMENTOS E CONTROLES NA EDUCAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE’ E OS FUNDAMENTOS INICIAIS DA CATEGORIA CONCEITUAL PROVISÓRIA DA ‘SUSTENTABILIDADE CRÍTICA’

A primeira frente teórica da pesquisa está para as políticas públicas educacionais, na especificidade de análises e modelos de análises e estão fincadas no aspecto histórico brasileiro e internacional, como se vê em Libâneo (2001), Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), Azevedo (2004), Saviani (2007), Ball (2011), Libâneo, Oliveira, Toschi (2012), Secchi (2013, 2016), Fernandes (2015)⁶³, Veiga (2016), Giolo (2017), Libâneo; Freitas (2018) e Parente (2021), apenas para citar alguns autores/as, dada a abrangente literatura existente, o Núcleo Firme do Programa de Pesquisa – Imre Lakatos. Há o intuito de olhar para o tema, com a preocupação epistemológica, na consideração de teorias já existentes, portanto, se direcionando para o debate das análises de políticas (Ball; Mainardes (2011), mas, também, para a geração de novas teorias, com base na GT (Charmaz, 2009) e nos estudos comparados (Hans, 1961; Cowen; Kazamias, 2012) que formam um dos Cinturões do Programa, no que diz respeito às continuidades das pesquisas e produções sobre PoPFCEs.

Do lado dos financiamentos, também, numa perspectiva de epistemologia será considerado, na pesquisa, a análise do Fundeb, criado em 2007 (Brasil, 2007) e institucionalizado como política de estado, pela Lei nº 14.113/2020 (Brasil, 2020). Autores como Easton (1953), Jenkins (1978) e Gomes (2003) são utilizados para essa discussão teórica que encaminham também reflexões sobre o controle social sobre esses financiamentos.

Conceituar políticas públicas como tópico da ciência social (*policy science*) não é tarefa simples, nem para pesquisadores/as, contudo, dos autores/as já citados/as, dentre eles, Secchi (2016), por exemplo, encontra-se que, política pública é uma ciência (*policy Science*) que surge, em 1951, com a publicação da obra *The policy Science*, de David Lerner e Harold Lasswell e está marcada pelas seguintes características: normatividade, multidisciplinaridade e foco na resolução de problemas públicos. A análise de políticas públicas, que pertencem ao *policy Science* pode também ser considerado como avaliação de políticas e de financiamentos, o que irá decorrer em práticas investigativas de controle social dos investimentos públicos, um tema

⁶³ Destaque ao atual Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2014 a 2024 e que recebeu uma prorrogação até dezembro de 2025.

bastante corrente como se verificou no breve estado da arte e em pleno desenvolvimento (tardio) nas produções nacionais.

O Programa adentra a uma conexão direta das políticas públicas educacionais, ao financiamento. O financiamento é uma obrigação do Estado, definida pela Constituição, o compromisso do ente federal (a União) para o ente estadual e municipal, por meio de impostos públicos que são distribuídos e redistribuídos, inclusive, pelos estados federados (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012); nascem do Plano Plurianual (PPA) de quatro anos, elaborados pelo governo federal eleito, durante, seu primeiro mandato, seguido, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (para ser aprovada até o mês de julho) e da Lei Orçamentária Anual (para ser aprovada até dezembro de cada ano).

É com o Fundeb, em 2007 que substituiu o Fundef, de 1998, que o Estado brasileiro amadurece a questão da qualidade do ensino, uma qualidade que se faz com investimentos que seguem o princípio do controle social desses investimentos; no controle, para além, de apenas ser o oposto de evitar o 'desvio' (Cohen; Scull, 1985), se passa, também, a um novo patamar organizacional e de cultura política, em um direcionamento para a efetividade das políticas públicas, pois, não se trata de 'apenas' uma fiscalização pelos órgãos de controle públicos, mas, é também, uma responsabilidade cidadã, de todos/as os brasileiros/as, o que respeita, outro princípio fundamental da Administração Pública Direta e Indireta, o princípio da transparência, conforme Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e assume características do modelo societal de governabilidade e governança do Estado brasileiro. Nesse sentido, no controle social, assumem grande evidência e relevância, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundeb (Souza, 2008; Giambiagi, 2016). Compete aos CACS acompanhar os programas de investimentos educacionais que, atualmente, segundo o portal do Ministério da Educação, são citados, apenas os seguintes: Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), dada pela Lei nº 10.880/2004; Programa Escola em Tempo Integral, pela Lei nº 14.640/2023; Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Lei nº 13.415/2017) e Educação Infantil – Manutenção, com a Lei nº 12.722/2012.

Desses dois tópicos, mais gerais e amplos, políticas públicas e financiamentos/controles, o desdobramento da pesquisa se organiza em propor uma

configuração de aplicação prática e campo investigativo empírico, na gestão escolar, em nível municipal, para, a seguir, lançar o destaque para a ‘sustentabilidade crítica’.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA (GED) E O PODER LOCAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Uma fundamentação que será central no Programa de Pesquisa é a gestão democrática, a gestão democrática escolar (GDE). Autores/as que serão lidos e estudados, com o foco nos espaços decisórios dos municípios, estão nos apontamentos de Paro (1993; 2002), Libâneo (2001), e Libâneo, Oliveria e Toschi (2012).

Sobre a autonomia dos municípios em políticas públicas, Stephen Ball (Ball, 1989) elabora a teoria sociológica da ‘micropolítica da escola’, como uma teoria da organização escolar. Há de se acrescentar a obra de Benno Sander (Sander, 1995), sobre cinco construções analítico-conceituais⁶⁴ e quatro modelos de administração da educação⁶⁵, como teoria do conhecimento em políticas públicas e análise e políticas públicas para a América Latina. Outra importante base para o enfoque epistemológico são os Estudos Comparados sobre a gestão de políticas públicas e financiamentos/controles como Peter Drucker (Drucker, 1995) e Peter Senge (2014)⁶⁶ que são referências da área da Administração e utilizados também na área da Administração Pública e Gestão Pública e que trazem para a pesquisa sobre políticas públicas educacionais, muitas contribuições em gestão democrática. Como ampliação do Programa, a GED pode ser, também, evidenciada, na ação de extensão curricularizável e na ação de popularização da ciência.

Com Libâneo, Oliveria e Toschi (2012) encontra-se um elenco de tipologias de gestão (preferencial, para esse Programa de Pesquisa: a gestão participativa) para serem aplicadas na GED, no entendimento de que “[...] A gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos (Libâneo; Oliveria; Toschi, 2012, p.438)”.

⁶⁴ São eles: jurídico, tecnocrático, comportamental, desenvolvimentista e sociológico.

⁶⁵ Os modelos servem para análise de políticas e, no geral, para a avaliação da Administração Educacional, a saber: o modelo de administração eficiente, administração eficaz, administração efetiva e administração relevante.

⁶⁶ Título: “A quinta disciplina. A arte e a prática da organização que aprende”.



A GDE, ademais, é um dos componentes ou acessórios da cultura organizacional, como propõem Lima (2001). Ela coexiste, ao lado do Projeto Pedagógico (Projeto Político-Pedagógico), do currículo, da avaliação, e do desenvolvimento profissional. Nessa nova configuração de governabilidade democrática da escola, a GDE torna-se prática, é dada evidência e a devida importância para as liberdades decisórias locais. Isso é resultante, historicamente, do fato de que, a partir de 1988, pela Carta Magna, a conhecida “Constituição Cidadã”, as cidades passaram a ser o *locus*, o lugar em que as políticas se consolidam e ‘aparecem’; não, sem razão, que a atual Constituição permitiu um grande aumento do número de municípios no Brasil, na valorização do princípio da descentralização, do poder decisório e de maior liberdade e representatividade do povo, nas cidades, para melhorias da educação, da saúde etc., como nos aponta Azevedo (2004).

No decorrer das décadas seguintes à Carta Magna, de 1988, após surgimento dessas muitas cidades, os estudos sobre gestão democrática nos municípios encontraram e encontram, na atualidade, o potencial da efetivação do pacto federativo, atravessado pela nova política orçamentária brasileira, com excelentes resultados nas iniciativas para a alfabetização, principalmente, com forte aliado, nos respectivos estados e a instituição dos Conselhos e Fóruns Municipais de Educação, espaços públicos e democráticos de grandes impactos nas decisões orçamentárias e no controle desse orçamento com vistas à qualidade da educação, em especial, na educação infantil e nos anos iniciais; os aspectos da responsabilidade (*accountability*) dos municípios, na valorização da participação popular, como defendem Faundez; Chiappini e Martins (1993).

O Programa de Pesquisa aqui sugerido terá o direcionamento das PoPFCEs para a gestão democrática nos municípios brasileiros, na pauta sustentável; uma das ações centrais será a presença e a ação do Núcleo de Pesquisa nos assuntos concernentes às políticas e espaços decisórios democráticos que poderá ser aplicado a todos os municípios brasileiros; a criação do Núcleo de Pesquisa é fundamental para o Programa. O intuito é o de manter, sempre atualizados, todos os dados de políticas e financiamentos/controles, municipais, em sustentabilidade (‘sustentabilidade crítica’ à Agenda 2030), para fins de análise dessas políticas e financiamentos com controles e, sobretudo, reitera-se, o intuito da constituição de epistemologias, presentes e interpretadas em modelos aplicados pelos agentes públicos municipais, tanto no executivo, quanto no legislativo, bem como, a constituição de possíveis

novas elaborações (inovação) de epistemologias em PoPFCES para a GDE nos municípios brasileiros.

SUSTENTABILIDADE CRÍTICA

Antes de iniciar essa subseção, uma máxima⁶⁷ sobre a sustentabilidade – sob a crítica às ODS – é apresentada, para ser pensada e produzida, no âmbito dos resultados a serem buscados na pesquisa sobre políticas públicas e financiamentos/controles educacionais. Trata-se de uma máxima fundamental para o Programa sobre as PoPFCES, numa categoria conceitual inovadora e provisória, construída nesse artigo e denominada de ‘sustentabilidade crítica’. A categoria, ainda em desenvolvimento e aperfeiçoamento teórico está embasada em Sachs (1981), Sen (2010) e Novaes (2024; 2025).

“Sustentabilidade não pode e não será, nesse Programa de Pesquisa, considerado como palavra de senso comum, seja para seu uso nos textos, sobretudo nos títulos, de publicações de monografias de Trabalho de Conclusão de Curso, na graduação, ou as dissertações e teses e, ainda, nos artigos em periódicos e comunicações científicas em eventos; não será considerada como categoria, definição, conceito ou teoria, isolada, seja no interior da Agenda 2030 ou na perspectiva de apenas um autor/a e respectiva obra, mas na multiplicidade de olhares e produções na grande área das Ciências Ambientais e seus desdobramentos na Educação, na especificidade dos estudos em políticas públicas e financiamentos com controle social. Isso justifica e dá fundamentação, à categoria analítico-conceitual, em formatação: a ‘sustentabilidade crítica’, aquela que, sem negar a crise ambiental e climática, considera que a noção e a linguagem da Agenda 2030 e seus ODS não atendem às pesquisas desenvolvidas, há anos, sobre o papel dos países ricos e em emergência que, no momento, são papéis hierarquizados de uma reprodução das disparidades culturais, de classe, estéticas que distanciam e fazem permanecer o fosso das diferenças entre continentes e países, consequentemente, as diferenças de acesso (em sentido amplo) das riquezas mundiais que poderiam ser distribuídas e redistributivas, provocando um novo

⁶⁷ Em filosofia, uma máxima é uma afirmação direta e em poucas palavras que “encurta” teorias, normas ou diretrizes, bem como expressa “vontades” subjetivas ou intenções, ligadas à moralidade. Segundo o “Dicionário de Filosofia” de Nicola Abbagnano (Abbagnano, 2007, p. 653), uma máxima é sempre pedagógica e estabelece ações, configura contextos de que as produz. É com Immanuel Kant que a máxima se torna uma expressão importante na produção de argumentos filosóficos.

movimento em direção à teoria da “tragédia dos comuns”, uma direção em favor da coletividade de decisões sobre os bens comuns.

Apenas citar a sustentabilidade (como palavra de senso comum científico-acadêmico) ou considerá-la, tecnicamente, como ‘modus’ ou tipologias de ODS, de forma ‘cega’, isolada ou como teoria do conhecimento em formato teórico ou metodológico “solo”, absoluto e único, não é o foco de aplicabilidade no que se convencionou denominar aqui, de ‘sustentabilidade crítica’; uma sustentabilidade crítica prioriza o alinhamento aprofundado das ODS às políticas públicas mais amplas e aos apoios nas ciências diversas que ao longo da história já propuseram soluções ecológicas e ambientais, desde a Revolução Industrial.

Na aplicabilidade dessa máxima, sustentabilidade estará numa abordagem em alinhamento e correlação completa às pesquisas e produções científicas postas em olhares aos 17 ODS modificando linguagens, discursos, estruturas e refletindo sobre suas interrelações, para além da apenas citação do termo, o que implica, um trabalho rigoroso, como é proposto nesse Programa de Pesquisa de base lakatosiana. Nesse sentido, é que as contribuições das metodologias propostas no Programa promovem (Estudos Comparados e Grounded Theory) epistemologias que estruturam (o conceito em construção) de ‘sustentabilidade crítica’, o que é, desafiador, complexo, porém, perfeitamente, exequível, do ponto de vista epistemológico e, breve, se poderá afirmar, também, um ponto de vista metodológico, para pesquisas e produção de conhecimento. O que se deseja, portanto, com essa máxima, é que se torne evidente e profícuo no desenvolver desse Programa, o alinhamento aprofundado das políticas públicas educacionais, com financiamentos e controles, às ODS da Agenda 2030 e toda a rede de produção de teoria do conhecimento envolvida, sob a análise crítica rigorosa e sistemática. Tudo isso revela, ademais, o caráter inovador presente nesse conceito provisório e em construção, a ‘sustentabilidade crítica’ (Elaborado pelo proponente/autor do Programa de Pesquisa PoPFCEs). ”.

Envolver a temática da ‘sustentabilidade crítica’, nesse Programa, é considerar, como já citado, os ODS da Agenda 2030 da ONU. Implica em posicionar as conexões que as PoPFCEs proporcionam no amplo debate mundial sobre a continuidade da vida no planeta (Sachs, 1981; Loureiro; Layrargues; Castro, 2009; Gutiérrez; Prado, 2013; Veiga, 2017; Barbieri, 2020) que perpassa a emergência e urgência de alinhamento de políticas e de ações que procuram respostas e tecnologias para as mudanças climáticas.

Sustentabilidade é um conceito diverso, múltiplo. Os autores/as, de acordo com sua formação e enfoque, oferecem conceitos e abordagens que provocam à reflexão sobre a

aplicabilidade que conduza para uma perspectiva integral, crítica e, possivelmente, dialética (como propõe Karl Max, por exemplo, Jürgen Habermas), pois, nesta, o aspecto epistemológico parece encontrar maior rigidez analítica, em comparação com as demais diversas epistemologias ou teorias do conhecimento.

Para a Agenda 2030, a sustentabilidade é e está para além do meio ambiente; evoca princípios da ecologia, ou seja, as relações entre a natureza e a sociedade; o ponto comum e final, é simples, na proposta deste presente Programa de Pesquisa, que são os compromissos ético-políticos com a natureza e a vida humanas, de maneira a continuar e ser possível o prosseguimento da vida e existência humanas e todo os demais seres vivos, sem destruir a natureza, uma destruição que tem sido engendrada pelo capitalismo, desde revolução industrial, do século XVII, quando, desde essa época, já se alertava, pela ciência, os cuidados que o planeta deveria assumir, para não perder os recursos naturais indispensáveis à vida e garantias de continuidades das futuras gerações, mesmo com toda a tecnologia necessária e urgente para o bem viver. O capitalismo não ouviu os alertas dos cientistas e, hoje, o planeta está a considerar os efeitos diretos dessa omissão, especialmente, com o que estamos a ouvir, a aprender e a conviver, sobre a crise das mudanças climáticas.

A sustentabilidade, nesta pesquisa, será o enfoque das ações *in situ*, na cidade, na gestão do sistema e da unidade escolar, na comunidade e, perpassada pela formação de professores/as e gestores/as, na especialidade, da educação infantil e anos iniciais (na consideração da formação em cursos de Pedagogia). Neste sentido, as PoPFCES serão instrumentos avaliativos e de análises (Secchi, 2016) em documentos oficiais educacionais dos municípios, que inclui o Projeto Político-Pedagógico de cada unidade escolar, na evidência ou não de elementos da 'sustentabilidade crítica', em suas práticas diárias de gestão. Outras frentes serão o contato com as pessoas, na escola, na comunidade, nos espaços de ação dos agentes políticos e públicos, que permitam, como se já se afirmou, o trânsito, entre a universidade e a sociedade, um dos requisitos básicos da sustentabilidade global, em construção mundial, diga-se, assim, pois, é dependente de políticas e de investimentos de parcerias multi países e de blocos econômicos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E DE GESTORES/AS

Quanto à formação de professores/as⁶⁸ e gestores/as e as interações com a escola, a comunidade do entorno e os agentes políticos, no enfoque da municipalização. Vale destacar que a literatura educacional também é vasta e uma seleção é imprescindível ser realizada. O elencamento inicial para a formação de professores/as pode ser colocado, principalmente, em Buckley; Caple (1991), Nóvoa (1991; 1992), Sacristán (2000), Arroyo (2000), Pistrak (2001), Mantoan et al. (2001), Tardif (2002); Barbosa (2003), Machado (2004), Alves (2010), Ferreira (2014) e Silva et al. (2017). Para a frente da formação de gestores/as: Nérici (1990), Saviani (2000), Vasconcellos (2007) e Lück (2009), além da tese de Silva Neta (2024), sobre os/as profissionais da supervisão escolar no município de São Paulo.

O que se pretende olhar aqui, inicialmente, na totalidade da proposta, é identificar estudos e pesquisas sobre a formação de professores/as e gestores/as que estão ligadas às PoPFCES e que estejam concentradas na gestão de sistemas e unidades escolares municipais. Os referenciais indicados permitem reflexões para aprofundamentos do trabalho do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Inovação em PoPFCES, neste Programa, para que se possa avançar na completude da resposta à problemática instaurada, aos objetivos traçados, bem como, na testagem das hipóteses.

PERCURSOS METODOLÓGICOS SUGERIDOS PARA O PROGRAMA DE PESQUISA

O método principal, para obtenção de dados e análise, a ser desenvolvido no Programa será o *Grounded Theory* (GT) (Charmaz, 2009; Tarozzi, 2011; Silva, 2015; 2019; 2024), um método que será útil, não apenas para gerar teorias na temática, mas, analisar políticas e financiamentos no setor público, no destaque à educação. De natureza qualitativa, com a GT, obtêm-se dados por meio de questionários, entrevistas (Manzini, 2020) – método a ser privilegiado e tido como principal, para obtenção de dados -, atividades de sala de aula, dados

⁶⁸ Durante as pesquisas a serem desenvolvidas pelo Programa será considerada a nova Resolução do Ministério da Educação para as licenciaturas, promulgada em 2024, com prazo para dois anos, portanto, até 2026, para que os cursos de adequem às novas regras de formação de professores no Brasil: Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

de Relatórios de Aula, Relatórios de Práticas de Ensino e de Extensão, bem como Relatórios de Estágio. Para alguns contextos ou decisões dos/as pesquisadores/as ou coletivo de pesquisadores/as, no lugar da GT, o Programa poderá ser encaminhado para o uso da Análise de Conteúdo, na obra e pensamento da pesquisadora Lawrence Bardin (Bardin, 2011) com finalidades de análise de dados.

Outro método que se lançará mão, aos estudos das PoPFCES, em especial, na vertente da Inovação, será dos Estudos Comparados (Hans, 1961; Schriewer; Holmes, 1992; Stone; Denham; Garnett, 1998; Souza; Martinez, 2009), com aprofundamentos de pesquisas que comparem as PoPFCES do Brasil com países da América Latina, Caribe, Estados Unidos e Europa. Nestes casos, os dados serão sempre de fonte documental ou bibliográfica. O Grupo Focal (Gatti, 2005; Barbour, 2009), como método de obtenção de dados, também será um elemento de método da pesquisa nas ações do NuEPi-PoPFCES, fundamental para a implementação do Programa.

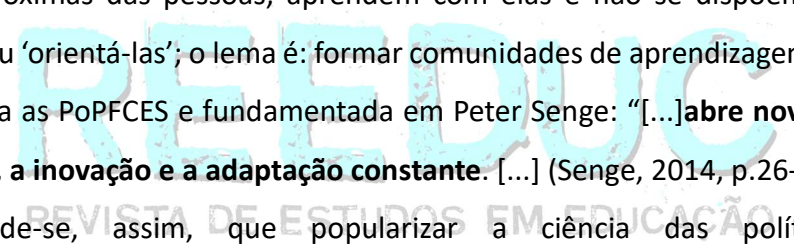
A multiplicidade de práticas de percursos de investigação é para que o pesquisador e sua equipe possam ter liberdades de escolha e poder decisório, conforme cada temática a ser abordada pela pesquisa, sem perder o foco na problemática geradora e os objetivos a serem perseguidos, ao longo dos anos. A organização dos caminhos metodológicos justifica o envio ao comitê de ética em pesquisa (CEP), em atendimento dado pela Resolução 510/2016 (Brasil, 2016⁶⁹).

A POPULARIZAÇÃO CIENTÍFICA E ENTREGAS SOCIAIS DO PROGRAMA

Na confiança da qualidade do presente Programa, da sua exequibilidade e de seu potencial universitário de retorno e entrega prática à sociedade - responsabilidade social universitária, segundo Vallaey e Cruz (2009) - a popularização científica do Programa é um elemento fundamental que colabora também para a busca de fomento interno e externo, por meio de parcerias e convênios públicos e público-privados. A presente seção, portanto, ainda que breve, apenas com o intuito de lançar fundamentos teórico-práticos para o Programa,

⁶⁹ Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

assume o seu compromisso com a popularização da ciência das políticas públicas e financiamentos/controles educacionais para a gestão escolar em municípios brasileiros, com o enfoque da sustentabilidade crítica global para a formação de professores/as e gestores/as. Segue as premissas do Ministério de Ciência e Tecnologia, considerando que, mesmo que a popularização esteja atrelada à pós-graduação, se aposta que essa “cultura” organizacional seja assumida, desde a graduação e na interlocução com estudantes do ensino médio.

Outras premissas seguidas para esse objetivo da pesquisa no Programa aqui sugerido, em popularizá-la, estão respaldadas por Drucker (1995), Santos (2000), Massarani, Moreira e Brito (2002) e a obra, a Quinta Disciplina, de Peter Senge, ao defender que as instituições saudáveis e efetivas, do presente e do futuro, que transformarão a realidade social, marcada por desigualdades, falta de informações, *fake News*, serão aquelas que aprendem, sempre e, que estão próximas das pessoas, aprendem com elas e não se dispõem apenas a querer ‘ensiná-las’ ou ‘orientá-las’; o lema é: formar comunidades de aprendizagem. A perspectiva de inovação para as PoPFCEs e fundamentada em Peter Senge: “[...] **abre novos espaços para o aprendizado, a inovação e a adaptação constante.** [...] (Senge, 2014, p.26-27, grifos meus)”. 

Entende-se, assim, que popularizar a ciência das políticas públicas e financiamentos/controles educacionais em sustentabilidade (PoPFCEs) deve compor o Programa de Pesquisa, sobretudo, em relação à Agenda 2030, sobre o fortalecimento da democracia, na maneira de promover governança universitária e gestão pública de responsabilidade social (Vallaey; Cruz, 2009; Tapia, 2018) nos municípios, sob os rigores, inclusive, do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. A popularização científica em PoPFCEs direcionará seus resultados de pesquisas, em andamento e concluídos, junto às comunidades e escolas que participarão da pesquisa e buscará, na cidade, junto aos agentes públicos e políticos, voz nas tribunas da Câmara de Vereadores, das Secretarias da Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Segurança Pública etc. Divulgará à sociedade seus projetos de pesquisa em formas de resultados, com pautas na democracia e nos direitos fundamentais articulados à sustentabilidade, pelos jornais físicos e eletrônicos públicos, rádios comunitárias e outros meios midiáticos. As pesquisas de Iniciação Científica, mestrado e doutorado estarão sempre no horizonte da popularização, em escolas e comunidades, prioritariamente. Feiras, Mostras pedagógicas, audiências públicas ao ar livre, em praças e na própria Câmara de Vereadores. Também permeiam os interesses do Programa, no aspecto da popularização da

ciência em PoPFCES na gestão municipal de sistemas e unidades escolares o olhar atento para a 'sustentabilidade crítica' na formação docente e para a formação de gestores/as até ser um espaço teórico e prático, como Núcleo Firme ou Centurão (Lakatos, 1989) que possa ser ouvido e apreciado pelos mandatários de Estado nas reuniões anuais das COP, a Cooperação das Partes que discute e delibera sobre as mudanças climáticas em nível mundial.

Popularizar as ciências das políticas educacionais é permitir a aculturação da sociedade brasileira de que cientistas não são apenas os que vestem um jaleco branco e estão fazendo experiências mirabolantes em tubos de ensaio e béqueres ou 'cortando' animais em laboratórios de hospitais veterinários da Universidade! Cientistas das políticas públicas educacionais, também são cientistas. O Programa está, assim, comprometido com a popularização das PoPFCES.

CONCLUSÃO

Como encaminhado na Introdução, a perspectiva de resultados com o presente Programa de Pesquisa está, em sentido amplo, em fortalecer as práticas do estado democrático de direito brasileiro, na frente da municipalização, no interior do pacto federativo, na consolidação das suas instituições, com a máxima aproximação à sociedade, nos municípios, o que inclui, a efetiva presença, urgente e necessária, da universidade junto às pessoas das cidades, nos espaços urbanos e rurais. Desse resultado, mais ampliado (resultado macro), de percurso e fechamento dessa proposta de Programa de Pesquisa, são esperados, ainda, os seguintes resultados (micro resultados):

- Desenvolvimento de epistemologias para PoPFCES como *corpus* teóricos para análise de políticas e de financiamentos/controle social e para análise de modelos analíticos de políticas e de financiamentos municipais, já desenvolvidos ou a se desenvolverem, por meio da inovação, que permeia o Programa, com o uso do método qualitativo da GT e do método dos Estudos Comparados;
- Orientações e visualizações práticas, empíricas, em forma de pesquisa, de ensino e de extensão das PoPFCES municipais, em gestão democrática de sistemas e unidades escolares, com enfoques em sustentabilidade crítica;
- Subsidiar elementos das PoPFCES municipais na gestão escolar para a formação de professores/as e gestores/as nas universidades.

Uma vez atingidos esses resultados, se confirmarão (ou não) as hipóteses do Programa, uma vez que se terá um estudo rigoroso sobre epistemologias em PoPFCES aplicadas à gestão de unidades escolares municipais, com foco na sustentabilidade crítica. Se confirmará, possivelmente, a hipótese da escassez de pesquisas, com o enfoque na formação de professores/as e gestores/as para a educação básica, na perspectiva das PoPFCES, na gestão de unidades escolares e seus sistemas municipais e se constituirá condições efetivas de pensar as PoPFCES, nessa esfera do federalismo, na forma não fragmentada em que o tema aparece nas pesquisas, o que na proposta do Programa, se alinha conjuntamente, políticas públicas, financiamentos, controles e sustentabilidade de forma, portanto, indissociável.

Desses resultados, espera-se, ampliar a temática para os demais entes federados, o estadual e o federal, o que incluirá, outras novas análises e epistemologias que estarão voltadas às PoPFCES, como Programa de Pesquisa, ao ensino fundamental do 6.º aos 9.º anos, ao ensino médio, ao técnico e superior (graduação e pós-graduação) que indiquem e sinalizem o potencial das PoPFCES para o Brasil e para as nações do mundo, sob a sustentabilidade crítica, por hora, uma voz miúda, fraca, não ouvida, porém, uma voz que se deseja ser ouvida (lida) na estruturação de uma nova linguagem e uma nova lógica estrutural, uma lógica 'anticapitalista' aos 17 ODS: a crise ambiental e climática exige nova linguagem, nova lógica e novas ações, mais humanas, mais ecológicas, mais abrangentes, ao mesmo tempo, incidentes que tornem efetivas PoPFCES.

REFERÊNCIAS

- ABDIAN, Graziela Zambão. **A função do discurso em Administração Escolar no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2024.
- AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ANTONIADES, Andreas. Epistemic communities, epistemes and the construction of (world) politics. **Global Society**, v. 17, n. 1, p. 21-38, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0953732032000053980> . Acesso em: 20 jul., 2025.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. **Educação como política pública**. 3.ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**. Imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BADARÓ, Cláudio Eduardo. **Epistemologia e ciência: reflexão e prática na sala de aula**. Bauru: Edusc, 2005.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoas das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-53.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen J. **La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar**. Barcelona: Paidós, 1989.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - fundeb, de que trata o art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias; altera a lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do estado e da administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**. Guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COHEN, S.; SCULL, A. Introduction: Social Control in History and Sociology. In: COHEN, Stanley.; SCULL, Andrew. **Social Control and the State: historical and comparative essays**. Oxford: Basil Blackwell, 1985. p.1-14.

COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas. **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília, DF: Unesco: Capes, 2012.

CUNHA, Thais Marcelino. **Desenvolvimento Sustentável: mantra do capital para a redenção de um sistema insustentável** 10/12/2023 153 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. Uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, Gabriel Pereira. **Educação Ambiental no município de Uberlândia/MG**: Espaços, estratégias e atos políticos do poder público municipal. 2023. 206 f. (Tese). Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomie; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Repensar e educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

MENDES, Dayse. **Gestão de inovação e tecnologia**. São Paulo: Contentus, 2020.

MACHADO, Ana R. **O ensino como trabalho**. Londrina: EdueI, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, et al. **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MANZINI, Eduardo José. **Análise de entrevista**. Marília: ABPEE, 2020.

MASSARANI, Luisa.; MOREIRA, Ildeu de Castro.; BRITO, Fatima. (Org.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência-Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, 2002.

MOLES, Abraham A. **A criação científica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

NÉRICI, Imideo Giuseppe. **Introdução a supervisão escolar**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NOVAES, Henrique Tahan. (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

NOVAES, Henrique Tahan. **A educação ambiental anticapitalista**. Produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia. São Paulo: Boitempo, 2025.

NÓVOA, António. (Org.). **Formação contínua de professores**: realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PALACIO, Olga Lucía Londoño.; GRANADOS, Luis Facundo Maldonado.; VILLAFÁÑEZ, Licy Catalina Calderón. **Guía para construir estados del arte**. Bogotá: ICNK, 2014.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **Políticas públicas para a educação básica**: avanços, desafios e perspectivas. Volume 1. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1993.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

PEDROSA, Rebekah Farias Cardoso de Britto.; TAMAIO. Irineu. A Educação Ambiental frente ao desafio da crise climática, na visão de um material pedagógico da Unesco: reprodutivista ou transformadora? **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v.17, n. 6, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14325> . Acesso em: 14 out. , 2025.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1981.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANABIO, Marcos Tanure.; SANTOS, Gilmar J. dos.; DAVID, Marcus Vinícius. (Org). **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2013.

SANDER, Benno. **Gestão da Educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas: Autores Associados, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHRIEWER, Jürgen.; HOLMES, Brian. **Theories and methods in comparative education**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1992.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**. Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina**. A arte e a prática da organização que aprende. 30.ª ed. Rio de Janeiro: BestSelle, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto.; MORAES, Maria Célia M. de.; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Claudionor Renato da Silva. **Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory**. 341f. 2015. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara (SP), 2015.

SILVA, Claudionor Renato da Silva. **Grounded Theory**: a abordagem construtivista para pesquisas em educação sexual no Brasil. 2.^a ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019.

SILVA, Claudionor Renato da Silva. **Estágio “em” Pesquisa**: uma contribuição inacabada para licenciaturas. Goiânia: Alta Performance, 2022.

SILVA, Claudionor Renato da Silva. **Dissexualidades na educação sexual**: IA, robótica, CT&I. (Livro eletrônico). Jataí, Goiás: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Jataí, 2024.

SILVA NETA, Orgides Maria da. **A construção identitária de profissionais da supervisão escolar paulistana**. 302p. 2024. Tese. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, 2024.

SILVA, Paula Junqueira da et al. **A dialética do trabalho docente**: diálogos entre ética, ensino e práxis. Goiânia: Kelps, 2017.

SOUZA, Donaldo Belo de. (Org.). **Conselhos municipais e controle social da educação**: descentralização, participação e cidadania. São Paulo: Xamã, 2008.

SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINEZ, Silvia Alicia (Org.). **Educação comparada**: rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009.

STONE, Diane.; DENHAM, Andrew.; GARNETT, Mark. (eds.). **Think Tanks Across the World: A Comparative Perspective**. Manchester: Manchester University Press, 1998.

TAPIA, María Nieves. **El compromiso social en el currículo de la Educación Superior**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLAYSS, 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEJADA, Jose. Inovação docente na universidade: alternativas na formação de professores. In: Suanno, M.; RAJADELL, N. (orgs.). **didática e formação de professores**: perspectivas e inovações. Goiânia: CEPED Publicações e PUC Goiás, 2012, p. 59-78.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Cap.4. São Paulo: Libertad Editora, 2007.

VALLAEYS, François; CRUZ, Cristina de la; SASIA, Pedro M. **Responsabilidad social**: manual de primeros pasos. México: The McGraw-Hill Companies; Inter-American Development Bank, 2009.

VEIGA, Robson Antônio dos Reis. **Qualidade da educação e políticas educacionais no período de 2003 a 2010**: uma análise nos governos de Lula da Silva. 2016.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. 2.^a ed. São Paulo: Paulus, 2008.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade**: A legitimação de um novo valor. Senac, 2017.

Enviado em: 16/10/2025.

Aceito em: 04/11/2025.